

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma Sociedade Anônima domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e na comercialização de produtos químicos (“Oxiten”) e na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”). A Sociedade também atua na atividade de refino de petróleo, através de participação compartilhada na Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”).

2 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as normas *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), conforme emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas de acordo com o BR GAAP. Os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que para fins de IFRS seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado

As receitas de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. As receitas de serviços prestados e os respectivos custos são reconhecidos no resultado em função da sua realização. O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados inclui o custo de mercadorias (principalmente combustíveis/lubrificantes e GLP), custo de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e o custo de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Instrumentos financeiros

Conforme as normas *International Accounting Standards* (“IAS”) 32, 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- *Hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*): No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 22.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide nota explicativa nº 22 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas e baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Os investimentos em sociedades coligadas em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo que estejam sob controle compartilhado, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 11).

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos sob controle compartilhado são consolidados proporcionalmente à participação da Sociedade (vide nota explicativa nº 3). Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide nota explicativa nº 18).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.h).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 23.g).

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UGC”) para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. Com exceção dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e da marca “*am/pm*” adquirida em 2012, a Sociedade e suas controladas não possuem contabilizados ativos intangíveis com vida útil indefinida.

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do IRPJ e CSLL, incluindo a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 18). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, onde a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23 itens a,b,c,d).

o. Compromisso atuarial com benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 24.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado do exercício.

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado do exercício até a conclusão de cada transação.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

r. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em resultados abrangentes e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 2012 foi de R\$ 12.621 de ganho cambial (perda de R\$ 4.426 em 2011).

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Andina, C.A.	Bolívar Forte	Venezuela
American Chemical I.C.S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

A controlada American Chemical I.C.S.A. (“American Chemical”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano, considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

Conforme IAS 29, a Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária. Consequentemente, as demonstrações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio do encerramento do respectivo exercício. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado de 2012 totalizou R\$ 2.347 (ganho de R\$ 1.811 em 2011).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos*

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4, 14 e 22), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5), determinações de provisões para imposto de renda (nota explicativa nº 9), vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota explicativa nº 13), provisão para retirada de tanques (nota explicativa nº 18), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 23 itens a,b,c,d) e estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 24.b). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

t. *Redução ao valor recuperável de ativos*

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Para os ativos que não podem ser avaliados individualmente, estes são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram, nas projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecoverabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio por expectativa de rentabilidade futura. Se o ágio por expectativa de rentabilidade futura não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

u. Ajuste a valor presente

As controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) do ativo imobilizado (CIAP – vide nota explicativa nº 7). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas demonstrações financeiras, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS.

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

v. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

w. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, quais sejam:

	CPC	Vigente em
	correspondente	
• Demonstrações financeiras consolidadas - IFRS 10 e orientações de transição (1)	CPC 36(R3)	2013
• Negócios em conjunto - IFRS 11 e orientações de transição (1)	CPC 19(R2)	2013
• Divulgações de participações em outras entidades - IFRS 12 e orientações de transição (1)	CPC 45	2013
• Alterações ao IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (1)	CPC 35(R2)	2013
• Alterações ao IAS 28 - Investimentos em coligadas e controladas (1)	CPC 18(R2)	2013
• Alterações ao IAS 19 - Benefícios a empregados (2)	CPC 33(R1)	2013
• Alterações ao IFRS 7 - Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros (3) (4)		2013
• Mensuração ao valor justo - IFRS 13 (3)	CPC 46	2013
• Alterações ao IAS 1 – Apresentação de outros resultados abrangentes (3) (4)		2013
• Alterações ao IAS 32 - Apresentação de instrumentos financeiros (4)		2014
• Instrumentos financeiros - IFRS 9 (4)		2015

(1) Para 2013, a Sociedade e suas controladas estimam que a adoção do IFRS 11 – Negócios em conjunto, impactará as suas demonstrações financeiras. Os investimentos na RPR, Maxfácil Participações S.A. (“Maxfácil”), União Vopak Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”) e ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) deixarão de ser consolidados proporcionalmente e passarão a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades, as alterações do IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas e as alterações do IAS 28 - Investimentos em coligadas e controladas, devem ser adotados conjuntamente com o IFRS 11, e não produzem impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade e suas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (2) A Sociedade e suas controladas estimam que as alterações ao IAS 19 - Benefícios a empregados impactarão as suas demonstrações financeiras. Atualmente, a Sociedade e suas controladas reconhecem os ganhos e perdas atuariais no resultado do exercício e, a partir de 2013, estes passarão a ser reconhecidos no patrimônio líquido em conta de outros resultados abrangentes. As perdas atuariais reconhecidas no resultado em 2012, no montante de R\$ 13.501, serão revertidas do resultado e apresentadas no patrimônio líquido, líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Nas tabelas abaixo são demonstrados os principais efeitos da adoção dessas normas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, a serem reapresentadas no comparativo das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Principais efeitos no balanço patrimonial

	<u>Efeitos do IFRS 11</u>	<u>Efeitos do IAS 19</u>
Ativo circulante	(43.532)	-
Ativo não circulante	(11.814)	4.975
Total do ativo	<u>(55.346)</u>	<u>4.975</u>
Passivo circulante	(28.202)	-
Passivo não circulante	(27.144)	14.633
Patrimônio líquido	-	(9.658)
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>(55.346)</u>	<u>4.975</u>

Principais efeitos na demonstração do resultado do exercício

	<u>Efeitos do IFRS 11</u>	<u>Efeitos do IAS 19</u>
Receita líquida de vendas e serviços	(50.498)	-
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	29.063	-
Despesas com vendas e comerciais, gerais e administrativas e outros resultados operacionais	6.917	13.501
Resultado financeiro, líquido	(7.826)	-
Contribuição social e imposto de renda	12.074	(4.590)
Equivalência patrimonial	10.290	-
Lucro líquido	-	8.911

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Principais efeitos na demonstração do fluxo de caixa

	<u>Efeitos do IFRS 11</u>	<u>Efeitos do IAS 19</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(20.771)	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos	7.774	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos	9.508	-
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	(3.489)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	(25.448)	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	(28.937)	-

- (3) As alterações ao IFRS 7 - Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros, as alterações ao IAS 1 - Apresentação de outros resultados abrangentes e a adoção do IFRS 13 - Mensuração ao valor justo, não produzirão impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade e suas controladas.
- (4) O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IAS/IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

x. *Autorização para a emissão das demonstrações financeiras*

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 20 de fevereiro de 2013.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IAS 27 (CPC 36 (R2)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio e lucro líquidos consolidados.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

		% de participação no capital social			
		31/12/2012		31/12/2011	
		Controle		Controle	
	Localidade	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	-	99	-	99
União Vopak Armazéns Gerais Ltda. (*)	Brasil	-	50	-	50
Temmar - Terminal Marítimo do Maranhão S.A.	Brasil	-	100	-	-
Melamina Ultra S.A. Indústria Química	Brasil	-	99	-	99
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	-	100	-	100
American Chemical I.C.S.A.	Uruguai	-	100	-	-
Barrington S.L.	Espanha	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiten Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S	Colômbia	-	100	-	100
Oxiten Shanghai Trading LTD.	China	-	100	-	-
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Maxfácil Participações S.A. (*)	Brasil	-	-	-	50
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	-	100	-	100
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (*)	Brasil	-	50	-	-
Companhia Ultragas S.A.	Brasil	-	99	-	99
Distribuidora de Gás LP Azul S.A.	Brasil	-	-	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	-	100	-	100
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	-	100	-	100
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	Brasil	33	-	33	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (*) A Sociedade e suas controladas mantêm participação compartilhada nessas empresas, nas quais os estatutos sociais estabelecem o controle conjunto. Essas *joint ventures* são reconhecidas na Sociedade e em suas controladas utilizando-se a consolidação proporcional, conforme permitido pelo IAS 31 (CPC 19 (R1)). A RPR tem como atividade principal o refino de petróleo, a Maxfácil tem como atividade principal a administração de cartões de crédito de bandeira Ipiranga e a União Vopak tem como atividade principal a armazenagem de graneis líquidos no Porto de Paranaguá. A ConectCar, constituída em novembro de 2012 em conjunto com a Odebrecht TransPort Participações, tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis, com início de operação previsto para o primeiro trimestre de 2013 no Estado de São Paulo.

A controlada Oxiteno Shanghai Trading LTD. foi constituída em maio de 2012 e tem como atividade principal a representação comercial.

Em novembro de 2012, a Maxfácil foi cindida entre as sócias na proporção de suas participações e posteriormente incorporada por cada uma.

Em dezembro de 2012, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada Distribuidora de Gás LP Azul S.A. foi incorporada pela controladora Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”).

a) Combinação de negócios – aquisição da American Chemical I.C.S.A.

Em 1 de novembro de 2012, a Sociedade, através da sua controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”), adquiriu a totalidade das ações da American Chemical I.C.S.A., empresa uruguaia de especialidades químicas, que possui uma planta em Montevidéu com capacidade de produção de 81 mil toneladas de especialidades químicas, em particular tensoativos sulfonados e sulfatados para os mercados de cosméticos e detergentes e produtos para a indústria de couro. O valor pago na liquidação financeira foi R\$ 107.435, sujeito aos ajustes usuais de capital de giro e endividamento líquido existentes na data de aquisição.

O valor pago pela aquisição das ações está sendo alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. Os valores justos dos estoques, imobilizado e intangíveis estão sendo apurados e não foram concluídos em 31 de dezembro de 2012. A previsão para conclusão dos cálculos e dos laudos está prevista para o primeiro trimestre de 2013. No processo de identificação de ativos e passivos também serão considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio provisório fundamentado por expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 54.927.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	7.147	Financiamentos	32.481
Contas a receber	31.169	Fornecedores	32.443
Estoques	35.526	Salários e encargos a pagar	3.431
Tributos a recuperar	3.163	Outros	<u>1.869</u>
Outros	<u>1.906</u>		70.224
	78.911		
<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
Imobilizado	43.614	Financiamentos	<u>7.362</u>
Intangível	104		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.465		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	<u>54.927</u>		
	106.110	Total dos passivos assumidos	<u>77.586</u>
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>185.021</u>	Valor pago	<u>107.435</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizado e intangível adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente.

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade para o exercício findo em 2012, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro-forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativa dos resultados operacionais futuros:

	<u>2012</u>
Receita líquida de vendas e serviços	53.947.270
Lucro operacional	1.708.005
Lucro líquido do exercício	1.016.615
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 29)	1,8910
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 29)	1,8833

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Combinação de negócios – aquisição da Temmar – Terminal Marítimo do Maranhão S.A.

Em 31 de julho de 2012, a Sociedade, através da sua controlada Terminal Químico de Aratu S.A. (“Tequimar”), concluiu a aquisição de 100% das ações do Temmar – Terminal Marítimo do Maranhão S.A. (“Temmar”). Este terminal está localizado na região portuária de Itaqui, no Maranhão, e tem capacidade de 55 mil m³, sendo utilizado principalmente para movimentação de combustíveis e biocombustíveis. O Temmar possui contratos com clientes para a totalidade da capacidade do terminal e contrato de arrendamento de longo prazo, que inclui extensa área para futuras expansões.

O valor desembolsado na aquisição foi R\$ 68.196 e o Tequimar pagará valor adicional mínimo de R\$ 12.000, podendo atingir cerca de R\$ 30.000, em função de eventuais expansões na capacidade de armazenagem do terminal, desde que implementadas em até 7 anos, corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”). O valor total registrado em função da aquisição, no montante de R\$ 80.196, foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 43.781. A mais valia dos ativos adquiridos no montante de R\$ 30.857 foi apurada por avaliador independente com base em laudo representativo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens.

O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.768	Financiamentos	755
Contas a receber	1.099	Fornecedores	193
Tributos a recuperar	3.738	Salários e encargos a pagar	301
Outros	<u>307</u>	Obrigações tributárias	<u>371</u>
	<u>6.912</u>		<u>1.620</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		 <u>Passivo não circulante</u>	
Aplicações financeiras	3.426	Financiamentos	45.676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.862	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	203
Imobilizado	88.361	Sociedades relacionadas	49.982
Intangível	21.243	Contraprestação contingente	<u>12.000</u>
Outros	2.092		<u>107.861</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	<u>43.781</u>		
	<u>170.765</u>	Total dos passivos assumidos	<u>109.481</u>
 Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>177.677</u>	 Valor pago	<u>68.196</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O montante de R\$ 49.982 de “Sociedades relacionadas” referia-se a mútuo do Temmar com a Noble Brasil S.A. e foi liquidado na data da aquisição.

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizado e intangível adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente.

O financiamento assumido refere-se ao Banco do Nordeste do Brasil com vencimentos entre outubro de 2013 e setembro de 2021, com juros de 10,0% a.a. Sobre os juros incide bônus de adimplência de 15%.

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade para o exercício findo em 2012, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro-forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativa dos resultados operacionais futuros:

	<u>2012</u>
Receita líquida de vendas e serviços	53.932.190
Lucro operacional	1.712.426
Lucro líquido do exercício	1.014.026
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 29)	1,8861
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 29)	1,8785

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c) Combinação de negócios – aquisição da Repsol Gás Brasil S.A.

A Sociedade adquiriu, em 20 de outubro de 2011, através da sua controlada Cia. Ultragaz, 100% das ações da Repsol Gás Brasil S.A. (“Repsol”). O valor total da aquisição foi de R\$ 49.822. Esta aquisição fortalece o negócio de GLP a granel da Ultragaz, possibilitando ganhos de escala em logística e gestão, além de melhor posicionamento para o crescimento no segmento granel na região Sudeste. Após a aquisição, sua razão social foi alterada para Distribuidora de Gás LP Azul S.A.

O valor pago pela aquisição das ações foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 13.403. A mais valia para os ativos adquiridos foi apurada por avaliador independente e apresenta valor de R\$ 16.555 com base em laudo representativo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens. O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	2.151	Fornecedores	3.838
Contas a receber	2.875	Salários e encargos a pagar	1.521
Estoques	995	Outros	<u>67</u>
Adiantamento a fornecedores	1.596		5.426
Tributos a recuperar	1.092		
Outros	<u>360</u>		
	9.069		
 <u>Ativo não circulante</u>		 <u>Passivo não circulante</u>	
Imobilizado	22.026	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	<u>1.140</u>
Intangível	11.625		
Outros	265		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	<u>13.403</u>		
	47.319	Total dos passivos assumidos	<u>6.566</u>
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>56.388</u>	Valor pago	<u>49.822</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizado e intangível adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade para o exercício findo em 2011, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro-forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativa dos resultados operacionais futuros:

	<u>2011</u>
Receita líquida de vendas e serviços	48.708.540
Lucro operacional	1.451.106
Lucro líquido do exercício	854.182
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 29)	1,5883
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 29)	1,5822

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), debêntures e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos emitidos pelo governo norte-americano; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas foram classificados na nota explicativa nº 22 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	173	71	36.088	78.077
Em moeda estrangeira	-	-	43.866	29.523
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	76.808	178.601	1.940.852	1.668.178
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	29.245	15.176
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>76.981</u>	<u>178.672</u>	<u>2.050.051</u>	<u>1.790.954</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	216	52.902	641.974	638.879
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	290.636	259.091
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	179.056	93.403
Total de aplicações financeiras	<u>216</u>	<u>52.902</u>	<u>1.111.666</u>	<u>991.373</u>
Circulante	<u>216</u>	<u>52.902</u>	<u>962.136</u>	<u>916.936</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>149.530</u>	<u>74.437</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 22).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	2012	2011
Cientes nacionais	2.131.093	1.885.901
Financiamentos a clientes – Ipiranga	276.937	239.588
Cientes estrangeiros	164.943	135.098
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(128.816)	(116.454)
	<u>2.444.157</u>	<u>2.144.133</u>
Circulante	<u>2.306.798</u>	<u>2.026.417</u>
Não circulante	<u>137.359</u>	<u>117.716</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes bruto é assim demonstrada:

	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
2012	2.572.973	2.270.909	81.666	18.463	8.932	25.885	167.118
2011	2.260.587	1.994.399	80.635	18.088	5.788	14.944	146.733

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 2010	119.932
Aquisição da Repsol	520
Adições	19.766
Baixas por utilização	(23.764)
Saldo em 2011	<u>116.454</u>
Adições	20.616
Baixas por utilização	(8.254)
Saldo em 2012	<u>128.816</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

	2012			2011		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	262.667	(6.314)	256.353	272.377	(14.605)	257.772
Produtos em elaboração	3.619	-	3.619	2.841	-	2.841
Matérias-primas	208.446	(297)	208.149	197.982	(114)	197.868
Gás liquefeito de petróleo - GLP	36.820	-	36.820	41.147	-	41.147
Combustíveis, lubrificantes e graxas	630.439	(635)	629.804	633.035	(710)	632.325
Materiais de consumo e vasilhames para revenda	65.049	(1.197)	63.852	58.126	(1.696)	56.430
Adiantamentos a fornecedores	74.378	-	74.378	89.103	-	89.103
Imóveis para revenda	26.832	-	26.832	32.646	-	32.646
	<u>1.308.250</u>	<u>(8.443)</u>	<u>1.299.807</u>	<u>1.327.257</u>	<u>(17.125)</u>	<u>1.310.132</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 2010	14.024
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	3.989
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(888)
Saldo em 2011	17.125
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(8.141)
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(541)
Saldo em 2012	<u>8.443</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	2012	2011
Ajuste ao valor de realização	5.410	13.551
Obsolescência e outras perdas	3.033	3.574
Total	<u>8.443</u>	<u>17.125</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IRPJ e CSLL	89.265	88.591	191.220	177.244
ICMS	-	-	198.589	178.202
Provisão para perdas de ICMS (*)	-	-	(61.717)	(41.146)
Ajuste a valor presente do ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP (vide nota explicativa nº 2.u)	-	-	(747)	(3.007)
PIS e COFINS	-	21	159.819	211.332
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxitenox México, Oxitenox Andina e American Chemical	-	-	32.626	19.513
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	-	4.117	3.552
Outros	-	-	8.364	6.216
Total	89.265	88.612	532.271	551.906
Circulante	63.266	48.706	483.201	470.511
Não circulante	25.999	39.906	49.070	81.395

(*) A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 2010	56.130
Reversão de provisão	(7.114)
Baixas por recebimento	(7.870)
Saldo em 2011	41.146
Adições	23.473
Baixas por recebimento	(2.902)
Saldo em 2012	61.717

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

- Controladora

	Ativo			Resultado financeiro
	Contas a receber	Debêntures	Total	
Companhia Ultragaz S.A.	7.293	-	7.293	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	3.003	-	3.003	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	858	-	858	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	<u>3.861</u>	<u>766.297</u>	<u>770.158</u>	<u>94.091</u>
Total em 2012	<u>15.015</u>	<u>766.297</u>	<u>781.312</u>	<u>94.091</u>

	Ativo			Resultado financeiro
	Contas a receber	Debêntures	Total	
Companhia Ultragaz S.A.	955	-	955	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	2.867	-	2.867	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	<u>-</u>	<u>775.709</u>	<u>775.709</u>	<u>128.577</u>
Total em 2011	<u>3.822</u>	<u>775.709</u>	<u>779.531</u>	<u>128.577</u>

Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais), não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Consolidado**

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber¹	A pagar¹
Braskem S.A. (*)	-	-	-	18.200
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	-	-	571	-
Liquigás Distribuidora S.A.	-	-	559	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368	-	-	926
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (*)	-	-	-	573.485
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
Braskem Qpar S.A. (*)	-	-	-	2.427
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (**)	-	-	-	275
Outros	490	826	295	-
Total em 2012	<u>10.858</u>	<u>3.872</u>	<u>1.425</u>	<u>595.313</u>

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber¹	A pagar¹
Braskem S.A. (*)	-	-	-	9.105
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	-	-	450	-
Liquigás Distribuidora S.A.	-	-	159	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	9.654	-	-	965
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (*)	-	-	-	394.908
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.145	-	-
Quattor Participações S.A., atual Braskem Qpar S.A. (*)	-	-	-	4.803
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (**)	-	-	-	204
Outros	490	826	328	-
Total em 2011	<u>10.144</u>	<u>3.971</u>	<u>937</u>	<u>409.985</u>

¹Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Braskem S.A. (*)	27.217	765.749
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	4.528	-
Liquigás Distribuidora S.A.	5.781	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.844
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (*)	20.574	33.279.273
Braskem Qpar S.A. (*)	5.200	231.540
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (**)	-	17.246
Outros	<u>2.975</u>	<u>-</u>
Total em 2012	<u>66.281</u>	<u>34.306.652</u>

	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Braskem S.A. (*)	23.401	689.463
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	4.940	-
Liquigás Distribuidora S.A.	6.021	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	11.221
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (*)	24.760	28.822.978
Quattor Participações S.A., atual Braskem Qpar S.A. (*)	-	175.069
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (**)	-	122.304
Outros	<u>3.476</u>	<u>-</u>
Total em 2011	<u>62.604</u>	<u>29.821.035</u>

(*) Vide nota explicativa nº 15 para maiores informações do relacionamento desses fornecedores com a Sociedade e suas controladas.

(**) Refere-se à parcela não eliminada das operações comerciais entre RPR e Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), uma vez que a consolidação de RPR é proporcional e a de IPP é integral.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.j). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração – Remuneração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros benefícios; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA[®], e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 24.b). Em adição, em 2011 a Sociedade possuía plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento dos interesses de longo prazo dos diretores estatutários e acionistas, assim como a retenção destes executivos, o qual previa pagamento, em 2012, aos diretores estatutários da Ultrapar em função do desempenho das ações da Sociedade entre 2006 e 2011, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos.

Em 2012, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 31.639 (R\$ 26.030 em 2011). Deste total, R\$ 25.793 referem-se à remuneração de curto prazo (R\$ 20.852 em 2011), R\$ 3.337 a remuneração em ações (R\$ 3.232 em 2011) e R\$ 2.509 (R\$ 1.946 em 2011) a benefício pós-emprego. Em adição aos montantes acima, a Sociedade provisionou R\$ 24.945 em 2011 relacionados ao plano de remuneração variável de longo prazo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. O valor total concedido a executivos até 31 de dezembro de 2012, incluindo encargos tributários, foi R\$ 63.643 (R\$ 44.436 até 31 de dezembro de 2011). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao exercício de 2012 no montante de R\$ 6.426 (R\$ 6.083 em 2011) foi registrada como despesa geral e administrativa. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais da remuneração, incluindo impostos	Custos de remuneração reconhecidos acumulados	Custos de remuneração não reconhecidos
7 de novembro de 2012	350.000	5 a 7 anos	42,90	20.710	(586)	20.124
14 de dezembro de 2011	120.000	5 a 7 anos	31,85	5.272	(971)	4.301
10 de novembro de 2010	260.000	5 a 7 anos	26,78	9.602	(3.533)	6.069
16 de dezembro de 2009	250.000	5 a 7 anos	20,75	7.155	(3.747)	3.408
8 de outubro de 2008	576.000	5 a 7 anos	9,99	8.090	(5.882)	2.208
12 de dezembro de 2007	106.640	5 a 7 anos	16,17	3.570	(3.062)	508
9 de novembro de 2006	207.200	10 anos	11,62	3.322	(2.049)	1.273
14 de dezembro de 2005	93.600	10 anos	8,21	1.060	(751)	309
4 de outubro de 2004	167.900	10 anos	10,20	2.361	(1.948)	413
18 de dezembro de 2003	239.200	10 anos	7,58	2.501	(2.272)	229
	<u>2.370.540</u>			<u>63.643</u>	<u>(24.801)</u>	<u>38.842</u>

O quadro abaixo apresenta a movimentação do número de ações cuja nua-propriedade foi transferida aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Ações em 2011	Ações transferidas aos administradores	Ações em 2012
12 de dezembro de 2007	160.000	(53.360)	106.640

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	27.503	22.645
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6	690	110.563	105.160
Provisão para benefícios pós-emprego (vide nota explicativa nº 24.b)	-	-	38.475	31.594
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	21.710	2.500
Parcela referente ao ágio sobre investimentos (vide nota explicativa nº 13)	-	-	134.598	220.668
Provisão para retirada de tanques	-	-	13.855	13.067
Demais provisões	37	-	61.120	61.494
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	57.366	53.007
Total	43	690	465.190	510.135
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	3.259	3.379
Arrendamento mercantil	-	-	6.255	6.644
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	65.299	22.071
Provisão para ágio/deságio sobre investimentos	-	-	950	810
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	3.489	871
Demais provisões	-	-	5.672	4.205
Total	-	-	84.924	37.980

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	37	190.604
De 1 a 2 anos	-	85.841
De 2 a 3 anos	-	46.536
De 3 a 5 anos	6	48.222
De 5 a 7 anos	-	62.382
De 7 a 10 anos	-	31.605
	<u>43</u>	<u>465.190</u>

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	14.512	21.668	1.446.430	1.155.495
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(4.934)</u>	<u>(7.367)</u>	<u>(491.786)</u>	<u>(392.868)</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Provisões operacionais e despesas indedutíveis/receitas não tributáveis	9	1.848	(343)	38.516
Ajuste do lucro presumido	-	-	25.919	26.083
Juros sobre capital próprio	(22.132)	(18.851)	-	-
Demais ajustes	<u>339</u>	<u>33</u>	<u>(5.988)</u>	<u>(823)</u>
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	<u>(26.718)</u>	<u>(24.337)</u>	<u>(472.198)</u>	<u>(329.092)</u>
Incentivos fiscais – SUDENE	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.442</u>	<u>28.192</u>
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u>(26.718)</u>	<u>(24.337)</u>	<u>(428.756)</u>	<u>(300.900)</u>
Corrente	(26.071)	(24.842)	(364.952)	(243.241)
Diferido	(647)	505	(107.246)	(85.851)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	43.442	28.192

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia (*)	75	2012
	Base de Mataripe	75	2013
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Aratu (*)	75	2012
	Terminal de Suape	75	2020
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (**)	Planta de Camaçari	75	2022

(*) Serão protocolados na SUDENE no 1º trimestre de 2013 pleitos requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face do aumento de produção e de modernização verificadas na base de Caucaia e no terminal de Aratu, respectivamente.

(**) Em novembro de 2012 foi homologada pela Secretaria da Receita Federal, a redução do IRPJ para esta planta, válida a partir de janeiro de 2012.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de contribuição social sobre o lucro (CSLL) a compensar

A Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 172.754 (R\$ 158.437 em 2011) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 157.532 (R\$ 148.861 em 2011), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 57.366 (R\$ 53.007 em 2011).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	2012	2011
Aluguéis	60.931	49.937
Plano de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	31.438	21.066
Manutenção de software	11.187	16.233
Prêmios de seguros	15.716	10.149
Propaganda e publicidade	6.218	3.589
Compras de vale alimentação e transporte	4.545	4.670
Tributos e demais despesas antecipadas	<u>4.857</u>	<u>3.775</u>
	<u>134.892</u>	<u>109.419</u>
Circulante	<u>54.036</u>	<u>40.221</u>
Não circulante	<u>80.856</u>	<u>69.198</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas e controladas em conjunto (Controladora)

	2012			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.008.765	3.142.610	8.934.599	229.328
Passivo	19.921	789.697	6.493.500	169.820
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas	988.844	2.352.973	2.441.115	59.508
Receita líquida de vendas e serviços	-	926.254	46.745.615	147.633
Lucro líquido do exercício após ajuste de lucros não realizados	74.106	169.305	775.938	11.980

	2011			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	810.547	2.927.945	7.773.605	198.991
Passivo	29.664	721.148	5.489.165	142.058
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas	780.883	2.206.872	2.284.440	56.933
Receita líquida de vendas e serviços	-	807.976	42.114.723	212.375
Lucro líquido do exercício após ajuste de lucros não realizados	68.934	109.336	668.359	14.468

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 21.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 2010	711.949	1.787.702	2.423.534	15.982	4.939.167
Equivalência patrimonial	68.934	109.336	668.359	4.804	851.433
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	(25.935)	(307.392)	(2.811)	(336.138)
Aporte de capital em dinheiro	-	320.000	-	-	320.000
Redução de capital	-	-	(500.000)	-	(500.000)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(130)	-	(130)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	1.590	77	929	2.596
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	14.171	-	-	14.171
Saldo em 2011	780.883	2.206.872	2.284.440	18.904	5.291.099
Equivalência patrimonial	74.106	169.305	775.938	3.866	1.023.215
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	(16.145)	(40.149)	(619.136)	(3.011)	(678.441)
Aporte de capital em dinheiro	150.000	-	-	-	150.000
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(59)	-	(59)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(102)	(68)	-	(170)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	17.047	-	-	17.047
Saldo em 2012	988.844	2.352.973	2.441.115	19.759	5.802.691

O quadro a seguir resume a participação de 33% na RPR atribuída à Sociedade:

	2012	2011
Ativo circulante	45.732	37.385
Ativo não circulante	30.414	28.688
Passivo circulante	29.243	11.850
Passivo não circulante	<u>27.144</u>	<u>35.319</u>
Patrimônio líquido	<u>19.759</u>	<u>18.904</u>
Receita líquida	49.020	70.517
Custos e despesas operacionais	<u>(36.632)</u>	<u>(68.568)</u>
Lucro operacional	12.388	1.949
Resultado financeiro e imposto de renda	<u>(8.522)</u>	<u>2.855</u>
Lucro líquido	<u>3.866</u>	<u>4.804</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Sociedades coligadas (Consolidado)

	Movimentação dos investimentos			
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Total
Saldo em 2010	6.668	2.075	3.722	12.465
Dividendos recebidos	(31)	-	-	(31)
Equivalência patrimonial	<u>191</u>	<u>30</u>	<u>(29)</u>	<u>192</u>
Saldo em 2011	6.828	2.105	3.693	12.626
Dividendos recebidos	(146)	-	-	(146)
Equivalência patrimonial	<u>332</u>	<u>(85)</u>	<u>(57)</u>	<u>190</u>
Saldo em 2012	<u>7.014</u>	<u>2.020</u>	<u>3.636</u>	<u>12.670</u>

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiten S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”) que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiten Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A. que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento da controlada Oxiten S.A. na coligada Oxicap está avaliado pela equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2012, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

2012					
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	8.074	15.300	207	364	30
Ativo não circulante	20.881	88.938	9.745	678	3.150
Passivo circulante	565	7.712	-	15	92
Passivo não circulante	332	88.446	2.682	1.708	3.972
Patrimônio líquido	28.058	8.080	7.270	(681)	(884)
Receita líquida	5.150	32.301	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(3.932)	(32.384)	(78)	(141)	356
Resultado financeiro e imposto de renda	110	(256)	(36)	8	(33)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.328	(339)	(114)	(133)	323
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33
2011					
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	6.282	11.049	774	332	25
Ativo não circulante	22.032	93.310	8.836	842	3.132
Passivo circulante	668	6.638	-	13	61
Passivo não circulante	332	89.301	2.226	1.708	4.304
Patrimônio líquido	27.314	8.420	7.384	(547)	(1.208)
Receita líquida	3.879	27.557	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(3.620)	(27.342)	(96)	(133)	(225)
Resultado financeiro e imposto de renda	357	(93)	38	42	(5)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	616	122	(58)	(91)	(230)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2011	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências	Baixas	Aquisição do Temmar	Aquisição da American Chemical	Variação cambial	Saldo em 2012
Custo:										
Terrenos	-	356.012	39.621	-	20.411	(11.384)	-	171	938	405.769
Edificações	28	1.098.278	9.724	-	56.876	(24.120)	-	10.599	5.969	1.157.326
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13	405.054	6.649	-	68.202	(1.256)	31.749	29	(1)	510.426
Máquinas e equipamentos	13	3.178.694	79.205	-	136.834	(10.740)	60.257	34.851	47.320	3.526.421
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	1.639.532	130.303	-	67.223	(20.267)	-	-	-	1.816.791
Tanques e vasilhames para GLP	12	415.905	65.843	-	31	(40.773)	-	-	-	441.006
Veículos	9	192.163	15.044	-	10.031	(19.079)	77	292	383	198.911
Móveis e utensílios	8	110.806	4.716	-	473	(149)	238	1.164	1.704	118.952
Obras em andamento	-	232.054	397.777	-	(348.598)	(887)	-	14.769	3.298	298.413
Adiantamentos a fornecedores	-	11.482	15.102	-	(13.701)	(2)	-	-	-	12.881
Importações em andamento	-	166	84	-	(105)	-	-	40	(11)	174
Equipamentos de informática	5	187.070	10.085	-	3.395	(2.820)	306	195	237	198.468
		<u>7.827.216</u>	<u>774.153</u>	<u>-</u>	<u>1.072</u>	<u>(131.477)</u>	<u>92.627</u>	<u>62.110</u>	<u>59.837</u>	<u>8.685.538</u>
Depreciação acumulada:										
Edificações		(465.608)	-	(35.872)	(1.123)	11.220	-	(2.563)	(4.870)	(498.816)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(212.492)	-	(27.392)	(66)	1.045	(1.051)	(28)	-	(239.984)
Máquinas e equipamentos		(1.443.487)	-	(207.474)	(1.347)	6.292	(3.060)	(15.286)	(45.830)	(1.710.192)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(892.860)	-	(95.113)	137	15.822	-	-	-	(972.014)
Tanques e vasilhames para GLP		(205.213)	-	(25.990)	(29)	14.525	-	-	-	(216.707)
Veículos		(96.127)	-	(7.992)	366	14.838	(29)	(93)	(292)	(89.329)
Móveis e utensílios		(74.338)	-	(8.492)	372	124	(29)	(426)	(1.572)	(84.361)
Equipamentos de informática		(156.488)	-	(12.212)	(38)	2.167	(97)	(100)	(135)	(166.903)
		<u>(3.546.613)</u>	<u>-</u>	<u>(420.537)</u>	<u>(1.728)</u>	<u>66.033</u>	<u>(4.266)</u>	<u>(18.496)</u>	<u>(52.699)</u>	<u>(3.978.306)</u>
Provisão para perdas:										
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(1.475)	(4.195)	-	-	54	-	-	-	(5.616)
Equipamentos de informática		-	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)
Móveis e utensílios		-	(10)	-	-	-	-	-	-	(10)
		<u>(1.672)</u>	<u>(4.208)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.826)</u>
Custo líquido		<u>4.278.931</u>	<u>769.945</u>	<u>(420.537)</u>	<u>(656)</u>	<u>(65.390)</u>	<u>88.361</u>	<u>43.614</u>	<u>7.138</u>	<u>4.701.406</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2010	Adições	Saldo inicial de aquisição da Repsol	Ajuste do saldo inicial de aquisição da DNP	Depreciações	Transfe-rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2011
Custo:										
Terrenos	-	375.669	6.750	-	-	-	6.419	(33.428)	602	356.012
Edificações	27	1.046.128	12.797	-	1.055	-	76.021	(41.498)	3.775	1.098.278
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13	372.760	12.164	338	-	-	25.916	(6.128)	4	405.054
Máquinas e equipamentos	12	2.601.836	93.094	13.981	-	-	437.980	(2.139)	33.942	3.178.694
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis										
claros/lubrificantes	14	1.465.777	124.744	-	614	-	77.390	(28.993)	-	1.639.532
Tanques e vasilhames para GLP	13	362.882	67.509	15.976	-	-	4	(30.466)	-	415.905
Veículos	8	173.408	28.992	5.914	167	-	12.390	(28.402)	(306)	192.163
Móveis e utensílios	7	105.795	6.156	188	-	-	1.250	(2.821)	238	110.806
Obras em andamento	-	422.471	353.111	-	-	-	(536.695)	(7.794)	961	232.054
Adiantamentos a fornecedores	-	6.525	13.767	-	-	-	(8.206)	(606)	2	11.482
Importações em andamento	-	340	455	-	-	-	(629)	-	-	166
Equipamentos de informática	5	178.296	10.378	293	-	-	1.385	(3.324)	42	187.070
		<u>7.111.887</u>	<u>729.917</u>	<u>36.690</u>	<u>1.836</u>	<u>-</u>	<u>93.225</u>	<u>(185.599)</u>	<u>39.260</u>	<u>7.827.216</u>
Depreciação acumulada:										
Edificações		(436.875)	-	-	-	(37.686)	(10.335)	23.145	(3.857)	(465.608)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(195.091)	-	(175)	-	(22.480)	(99)	5.353	-	(212.492)
Máquinas e equipamentos		(1.130.575)	-	(7.526)	-	(186.323)	(89.045)	1.386	(31.404)	(1.443.487)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis										
claros/lubrificantes		(834.834)	-	-	-	(81.388)	177	23.183	2	(892.860)
Tanques e vasilhames para GLP		(190.255)	-	(3.802)	-	(22.620)	-	11.464	-	(205.213)
Veículos		(109.346)	-	(2.776)	-	(6.044)	(628)	22.745	(78)	(96.127)
Móveis e utensílios		(62.325)	-	(121)	-	(9.202)	(2.931)	1.203	(962)	(74.338)
Equipamentos de informática		(146.831)	-	(264)	-	(12.483)	167	2.951	(28)	(156.488)
		<u>(3.106.132)</u>	<u>-</u>	<u>(14.664)</u>	<u>-</u>	<u>(378.226)</u>	<u>(102.694)</u>	<u>91.430</u>	<u>(36.327)</u>	<u>(3.546.613)</u>
Provisão para perdas:										
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(1.854)	-	-	-	-	-	379	-	(1.475)
		<u>(2.051)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>379</u>	<u>-</u>	<u>(1.672)</u>
Custo líquido		<u>4.003.704</u>	<u>729.917</u>	<u>22.026</u>	<u>1.836</u>	<u>(378.226)</u>	<u>(9.469)</u>	<u>(93.790)</u>	<u>2.933</u>	<u>4.278.931</u>

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Software	Tecnologia	Direitos de propriedade comercial	Fundo de comércio	Outros	Total
Saldo em 2010	714.391	68.187	12.011	12.466	535.081	3.475	1.345.611
Ajuste do saldo inicial de aquisição DNP	(21.805)	-	-	-	4.865	-	(16.940)
Aquisição Repsol	13.403	-	-	-	11.625	-	25.028
Adições	-	42.759	-	-	349.460	-	392.219
Baixas	-	(4)	-	-	(577)	(295)	(876)
Transferências	-	463	8.562	-	-	444	9.469
Amortizações	-	(26.643)	(4.973)	(549)	(183.386)	(34)	(215.585)
Variação cambial	-	28	-	-	-	223	251
Saldo em 2011	705.989	84.790	15.600	11.917	717.068	3.813	1.539.177
Adições	-	38.676	-	-	533.185	26.230(*)	598.091
Baixas	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Transferências	-	245	-	-	(1.443)	(19)	(1.217)
Amortizações	-	(30.359)	(6.060)	(549)	(251.099)	(80)	(288.147)
Provisão para perdas	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Variação cambial	-	1.221	-	-	-	(559)	662
Aquisição da American Chemical	54.927	104	-	-	-	-	55.031
Aquisição do Temmar	43.781	-	-	-	21.243	-	65.024
Saldo em 2012	<u>804.697</u>	<u>94.673</u>	<u>9.540</u>	<u>11.368</u>	<u>1.018.954</u>	<u>29.383</u>	<u>1.968.615</u>
Prazo médio ponderado de amortização (anos)		5	5	30	5	7	

(*) Em 2012, a Ipiranga adquiriu a marca 'am/pm' no Brasil por R\$ 26.132. A am/pm é a maior rede de lojas de conveniência no Brasil, sendo parte importante do modelo de diferenciação em serviços e conveniência da Ipiranga.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

	2012	2011
Ágio na aquisição de:		
Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	211.089	211.089
Texaco	177.759	177.759
American Chemical	54.927	-
Temmar	43.781	-
DNP	24.736	24.736
Repsol	13.403	13.403
Outros	2.278	2.278
	<u>804.697</u>	<u>705.989</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de desconto e de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções variaram de 10,4% a 29,6% e 0% a 3,5% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

As controladas Oxiten S.A., Oxiten Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia, certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- Em 11 de julho de 2002, a controlada Tequimar assinou contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o Terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2002 e julho de 2042.
- Adicionalmente, a controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao Porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de grãos líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2005 e dezembro de 2022.

Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2011
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	13.719	11.872
Despesas com vendas e comerciais	246.828	180.354
Despesas gerais e administrativas	27.600	23.359
	<u>288.147</u>	<u>215.585</u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 23.683 em 2012 (R\$ 21.745 em 2011).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	2012	2011	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2012 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b)	508.883	466.197	US\$	+7,2	2015
Financiamento externo (c)	281.702	111.868	US\$ + LIBOR (i)	+0,9	2014 a 2015
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	114.760	125.813	US\$	+2,0	< 350 dias
Instituições financeiras (e)	84.007	-	US\$	+2,5	2013 a 2017
BNDES (d)	59.291	72.869	US\$	+5,5	2013 a 2020
Adiantamento de Cambiais Entregues	52.744	45.692	US\$	+1,6	< 87 dias
Instituições financeiras (e)	40.641	-	US\$ + LIBOR (i)	+2,0	2017
Instituições financeiras (e)	30.194	21.784	Bs (ii)	+11,3	2013 a 2015
Instituições financeiras (e)	25.259	28.454	MX\$ + TIIE (iii)	+1,4	2014 a 2016
BNDES (d)	316	-	UMBNDDES (iv)	+ 6,9	2016
FINIMP	-	878	US\$	-	-
Subtotal	1.197.797	873.555			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pré-fixado (f)	1.948.096	2.208.109	R\$	+11,9	2013 a 2015
Debêntures – 4ª emissão (g)	845.891	-	CDI	108,2	2015
BNDES (d)	678.965	890.865	TJLP (v)	+2,5	2013 a 2020
Banco do Brasil pós-fixado (f)	668.900	213.055	CDI	101,4	2014
Debêntures – 1ª emissão pública IPP (g)	602.328	-	CDI	107,9	2017
Banco do Nordeste do Brasil	118.754	86.108	R\$	+8,5 (vii)	2018 a 2021
BNDES (d)	49.561	57.626	R\$	+5,8	2015 a 2021
Arrendamento mercantil financeiro (h)	42.419	42.356	IGP-M (vi)	+5,6	2031
FINEP	30.789	10.904	R\$	+4,0	2019 a 2021
FINEP	23.488	45.647	TJLP (v)	+0,2	2013 a 2014
Debêntures – RPR (g)	21.015	19.102	CDI	118,0	2014
FINAME	510	2.106	TJLP (v)	+2,8	2013
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (h)	494	1.297	R\$	+14,4	2013 a 2014
Debêntures – 3ª emissão (g)	-	1.002.451	CDI	-	-
Empréstimo – MaxFácil	-	86.364	CDI	-	-
Subtotal	5.031.210	4.665.990			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	9.699	22.089			
Total	6.238.706	5.561.634			
Circulante	1.641.100	2.304.999			
Não circulante	4.597.606	3.256.635			

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = *London Interbank Offered Rate*.
- (ii) Bs = bolívar forte venezuelano.
- (iii) MX\$ = peso mexicano; THIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iv) UMBNDES = unidade monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É uma “cesta de moedas” representando a composição das obrigações de dívida em moeda estrangeira do BNDES. Em dezembro de 2012, esta composição refletia em 97% o dólar norte-americano.
- (v) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do BNDES. Em 31 de dezembro de 2012, a TJLP estava fixada em 5,5% a.a.
- (vi) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vii) Contrato vinculado à taxa do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), fundo que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre os juros incide bônus de adimplência de 15%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2012	2011
De 1 a 2 anos	1.449.202	1.214.029
De 2 a 3 anos	2.105.543	879.137
De 3 a 4 anos	167.013	976.172
De 4 a 5 anos	762.608	93.970
Mais de 5 anos	<u>113.240</u>	<u>93.327</u>
	<u>4.597.606</u>	<u>3.256.635</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.i).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 22).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,2% a.a., pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,7% do valor de face da nota, o que representou um rendimento total para o investidor de 7,4% a.a. no momento da emissão. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela Oxiten S.A.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração da Sociedade para transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, ou com controlada destes, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com suas controladas e entre suas controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas LPG e Oxiten S.A.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Financiamento externo

- Em novembro de 2012 a controlada IPP contratou financiamento externo no montante de US\$ 80 milhões. O financiamento externo possui vencimento em novembro de 2015 e encargo financeiro de LIBOR + 0,8% a.a., pagos trimestralmente. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 104,1% do CDI (vide nota explicativa nº 22). O financiamento externo é garantido pela Sociedade.
- A controlada Oxitenio Overseas Corp. possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões. O financiamento externo possui vencimento em junho de 2014, e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pagos semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 86,9% do CDI (vide nota explicativa nº 22). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxitenio S.A.

Em decorrência destes financiamentos, algumas obrigações mencionadas na nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade e suas controladas. Adicionalmente, durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,30; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Instituições financeiras

As controladas Oxitenos México S.A. de C.V, Oxitenos Andina, Oxitenos USA LLC e American Chemical possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pré e pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A IPP contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos dos empréstimos pré-fixados para 98,8% do CDI em média (vide nota explicativa nº 22). A IPP designa os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações no valor justo reconhecidas no resultado do período.

Os empréstimos têm vencimentos entre 2013 e 2015, distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	2012
mar/13	682.324
mai/13	406.651
jan/14	377.293
mar/14	232.360
abr/14	59.247
mai/14	423.424
mai/15	435.697
	<hr/>
Total	2.616.996
	<hr/>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Debêntures

- Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Os recursos obtidos com essa emissão foram destinados à gestão de liquidez da emissora, de forma a reforçar o seu caixa e alongar o perfil da dívida, proporcionando maior flexibilidade financeira.

- Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,2% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Os recursos obtidos com essa emissão foram destinados ao resgate parcial antecipado de 800 debêntures integrantes da terceira emissão, ocorrido em março de 2012.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Em dezembro de 2009, a Sociedade concluiu a revisão de certos termos e condições de sua terceira emissão de debêntures, em série única de 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária. Com isso, a remuneração das debêntures foi reduzida para 108,5% do CDI e sua data de vencimento foi estendida para 4 de dezembro de 2012. Em abril de 2011, a Sociedade efetuou resgate parcial antecipado de 200 debêntures e em março de 2012 a Sociedade efetuou resgate parcial antecipado de 800 debêntures. Em 4 de dezembro de 2012, data do vencimento das debêntures, a Sociedade liquidou as 200 debêntures restantes. As debêntures possuíam pagamentos de juros anuais e amortização em parcela única no vencimento, conforme características abaixo:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	4 de dezembro de 2012
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não houve repactuação

- Em novembro de 2010, a RPR efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 50 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia flutuante, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	30 de novembro de 2014
Pagamento do valor nominal:	Oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 01/03/2013 e a última em 30/11/2014
Remuneração:	118,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 01/03/2013 e a última em 30/11/2014
Repactuação:	Não haverá repactuação

A RPR recebeu os recursos oriundos desta emissão em janeiro de 2011. A Sociedade consolidou a parte proporcional à sua participação na RPR.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragas mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

As controladas Serma – Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Tropical Transportes Ipiranga Ltda. (“Tropical”) mantêm contratos de arrendamento mercantil financeiro principalmente relacionados a equipamentos de informática e veículos para transporte de combustíveis. Esses contratos têm prazos entre 36 e 60 meses.

As controladas Serma e Tropical têm a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção, e a administração possui a intenção de exercê-la.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, registrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estão abaixo demonstrados:

	2012			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	34.649	765	847	36.261
Financiamento (valor presente)	<u>42.419</u>	<u>410</u>	<u>84</u>	<u>42.913</u>
Circulante	<u>1.533</u>	<u>357</u>	<u>84</u>	<u>1.974</u>
Não circulante	<u>40.886</u>	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>40.939</u>

	2011			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	39.645	1.541	865	42.051
Financiamento (valor presente)	<u>42.356</u>	<u>952</u>	<u>345</u>	<u>43.653</u>
Circulante	<u>1.419</u>	<u>542</u>	<u>261</u>	<u>2.222</u>
Não circulante	<u>40.937</u>	<u>410</u>	<u>84</u>	<u>41.431</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

2012				
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Até 1 ano	3.655	385	113	4.153
De 1 a 2 anos	3.655	55	-	3.710
De 2 a 3 anos	3.655	-	-	3.655
De 3 a 4 anos	3.655	-	-	3.655
De 4 a 5 anos	3.655	-	-	3.655
Mais de 5 anos	<u>48.730</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.730</u>
	<u>67.005</u>	<u>440</u>	<u>113</u>	<u>67.558</u>

2011				
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Até 1 ano	3.540	622	365	4.527
De 1 a 2 anos	3.540	385	113	4.038
De 2 a 3 anos	3.540	55	-	3.595
De 3 a 4 anos	3.540	-	-	3.540
De 4 a 5 anos	3.540	-	-	3.540
Mais de 5 anos	<u>50.740</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.740</u>
	<u>68.440</u>	<u>1.062</u>	<u>478</u>	<u>69.980</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2011	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2012
Banco do Brasil (f)	0,6%	21.512	2.926	(11.123)	13.315
Debêntures (g)	0,4%	6.023	6.772	(4.679)	8.116
Notas no mercado externo (b)	0,2%	3.697	-	(676)	3.021
Outros	0,3%	810	929	(304)	1.435
Total		32.042	10.627	(16.782)	25.887

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2010	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2011
Banco do Brasil (f)	0,7%	24.545	4.353	(7.386)	21.512
Debêntures (g)	0,6%	13.851	-	(7.828)	6.023
Notas no mercado externo (b)	0,2%	4.105	-	(408)	3.697
Outros	0,3%	758	508	(456)	810
Total		43.259	4.861	(16.078)	32.042

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	8.915	3.528	872	-	-	13.315
Debêntures (g)	3.385	3.766	855	55	55	8.116
Notas no mercado externo (b)	1.007	1.007	1.007	-	-	3.021
Outros	540	447	304	78	66	1.435
Total	13.847	8.748	3.038	133	121	25.887

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Garantias

Os financiamentos estão garantidos por garantias reais no montante de R\$ 41.863 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 89.231 em 31 de dezembro de 2011) e por avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 2.423.240 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.841.760 em 31 de dezembro de 2011).

Além disso, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 179.387 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 135.051 em 31 de dezembro de 2011).

Algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 12.137 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 11.843 em 31 de dezembro de 2011), com vencimentos de até 211 dias. Até 31 de dezembro de 2012, a Sociedade e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 298 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 286 em 31 de dezembro de 2011), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 não havia casos de inadimplência em relação a dívidas da Sociedade e suas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Fornecedores (Consolidado)

	2012	2011
Fornecedores nacionais	1.256.980	1.024.697
Fornecedores estrangeiros	<u>55.288</u>	<u>50.406</u>
	<u>1.312.268</u>	<u>1.075.103</u>

A Sociedade e suas controladas adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e eteno da Braskem e da Braskem Qpar S.A. (vide nota explicativa nº 8.a). Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. A Sociedade e suas controladas dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	2012	2011
Participação nos lucros, bônus e prêmios	114.643	144.144
Provisões sobre folha de pagamento	94.408	89.167
Encargos sociais	33.072	27.748
Salários e honorários	9.489	5.207
Benefícios	1.474	1.121
Outros	<u>1.480</u>	<u>958</u>
	<u>254.566</u>	<u>268.345</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

17 Obrigações tributárias (Consolidado)

	2012	2011
ICMS	71.284	55.055
PIS e COFINS	10.637	16.818
IVA das controladas Oxitenó México, Oxitenó Andina e American Chemical	8.818	8.340
ISS	5.726	4.763
IPI	4.502	14.604
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	3.448	3.863
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.455	5.180
Outros	1.952	1.030
	<u>107.822</u>	<u>109.653</u>

18 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 2010	63.891
Adições (novos tanques)	2.421
Gastos com tanques retirados	(3.022)
Despesa com atualização	4.214
	<hr/>
Saldo em 2011	67.504
Adições (novos tanques)	1.664
Gastos com tanques retirados	(2.477)
Despesa com atualização	3.720
	<hr/>
Saldo em 2012	<u>70.411</u>
	<hr/>
Circulante	3.719
Não circulante	66.692

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Receita diferida (Consolidado)

A Sociedade e suas controladas têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	2012	2011
Programa de fidelidade Km de Vantagens	13.545	15.983
Taxa inicial de franquia am/pm	<u>14.362</u>	<u>12.472</u>
	<u>27.907</u>	<u>28.455</u>
Circulante	18.054	19.731
Não circulante	9.853	8.724

A Ipiranga possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pelos parceiros da Ipiranga. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas, com base no valor justo dos pontos emitidos. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

A taxa inicial de franquia relacionada à rede de lojas de conveniência am/pm e recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos com os franqueados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III. O capital social subscrito e integralizado está representado por 544.383.996 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2012 estavam em circulação no exterior 35.425.099 ações ordinárias na forma de ADRs.

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. Em 2012, não houve recompra de ações.

Em 31 de dezembro de 2012, 7.971.556 ações ordinárias eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 14,42.

O preço das ações de emissão da Sociedade em 31 de dezembro de 2012 na BM&FBOVESPA era de R\$ 46,29.

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 17,44 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Reserva de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos.

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Dividendos e destinação do lucro líquido do exercício da controladora

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 273.453 (R\$ 0,51 – cinquenta e um centavos de Reais por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012 tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2012 e pagos em 2 de março de 2012. A antecipação dos dividendos de 2012, no montante de R\$ 273.392 (R\$ 0,51 – cinquenta e um centavos de Reais por ação), foi paga a partir de 17 de agosto de 2012.

A proposta de dividendos reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	2012
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	1.011.009
Reserva legal	<u>(50.550)</u>
Lucro líquido do exercício após reserva legal	960.459
 Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	480.229
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,51 por ação	<u>(273.392)</u>
 Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante	206.837
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	<u>147.195</u>
 Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,66 por ação	<u>354.032</u>
 Reserva estatutária para investimentos	<u>333.035</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Informações por segmento

A Sociedade possui quatro segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico e armazenagem. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	2012	2011
Receita líquida:		
Ultragaz	3.847.087	3.766.766
Ipiranga	46.832.770	42.223.900
Oxiten	2.928.850	2.408.582
Ultracargo	300.876	266.885
Outros ⁽¹⁾	94.620	121.896
Vendas entre segmentos	(84.779)	(126.725)
Total	<u>53.919.424</u>	<u>48.661.304</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.245	1.665
Ipiranga	1.387	5.967
Oxiten	-	-
Ultracargo	29.005	26.634
Outros ⁽¹⁾	53.142	92.459
Total	<u>84.779</u>	<u>126.725</u>
Receita líquida de vendas, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	3.845.842	3.765.101
Ipiranga	46.831.383	42.217.933
Oxiten	2.928.850	2.408.582
Ultracargo	271.871	240.251
Outros ⁽¹⁾	41.478	29.437
Total	<u>53.919.424</u>	<u>48.661.304</u>

2012

2011

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Lucro operacional:		
Ultragaz	111.797	162.682
Ipiranga	1.249.032	1.037.095
Oxiten	226.600	154.805
Ultracargo	106.084	88.898
Outros ⁽¹⁾	15.413	8.519
Total	<u>1.708.926</u>	<u>1.451.999</u>
Receitas financeiras	218.061	322.372
Despesas financeiras	(480.557)	(618.876)
Equivalência patrimonial de coligadas	190	192
Lucro antes dos impostos	<u>1.446.620</u>	<u>1.155.687</u>
	2012	2011
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	175.619	245.250
Ipiranga	961.637	624.841
Oxiten	120.331	108.608
Ultracargo	89.177	118.425
Outros ⁽¹⁾	25.480	25.012
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	1.372.244	1.122.136
Arrendamento mercantil financeiro	-	(43.009)
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 18)	(1.664)	(2.421)
Juros capitalizados	(9.355)	(5.333)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>1.361.225</u>	<u>1.071.373</u>
	2012	2011
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	131.441	117.462
Ipiranga	390.748	316.186
Oxiten	123.142	106.314
Ultracargo	38.857	29.303
Outros ⁽¹⁾	12.144	10.811
Total	<u>696.332</u>	<u>580.076</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2012	2011
Ativos totais:		
Ultraz	2.300.633	1.868.270
Ipiranga	7.617.642	6.633.132
Oxiten	3.530.171	3.454.518
Ultracargo	1.331.164	1.068.780
Outros ⁽¹⁾	520.315	718.039
Total	<u>15.299.925</u>	<u>13.742.739</u>

(1) A linha “Outros” é formada principalmente pela controladora Ultrapar e pela participação na RPR.

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiten no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2011
México	46.248	30.853
Venezuela	22.418	17.021
Uruguai	43.769	-
Estados Unidos	48.922	-

O início da operação da planta de especialidades químicas nos Estados Unidos está previsto para 2013.

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, no México, na Venezuela e, a partir de 1 de novembro de 2012, no Uruguai, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, como apresentado a seguir:

	2012	2011
Receita líquida das vendas:		
Brasil	53.049.836	47.952.454
México	124.206	119.763
Venezuela	142.900	127.591
Outros países da América Latina	320.574	245.103
Estados Unidos e Canadá	137.228	100.959
Extremo Oriente	39.206	40.827
Europa	57.294	43.706
Outros	48.180	30.901
Total	<u>53.919.424</u>	<u>48.661.304</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxígeno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

Valores em milhões de Reais	2012	2011
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	363,7	303,8
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	163,2	134,9
Investimentos em controladas no exterior	300,4	115,3
	<u>827,3</u>	<u>554,0</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(1.197,8)	(873,6)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(21,5)	(11,1)
	<u>(1.219,3)</u>	<u>(884,7)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>499,9</u>	<u>348,5</u>
Posição líquida ativa – total	107,9	17,8

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição de R\$ 107,9 milhões ativa em moeda estrangeira:

Valores em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(5,1)	(12,8)	(25,5)
(2) Efeito no patrimônio líquido		15,9	39,7	79,5
(1) + (2)	Efeito	10,8	26,9	54,0
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	5,1	12,8	25,5
(4) Efeito no patrimônio líquido		(15,9)	(39,7)	(79,5)
(3) + (4)	Efeito	(10,8)	(26,9)	(54,0)

O ganho/perda reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das subsidiárias no exterior (vide nota explicativa nº 2.r).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao CDI, conforme apontado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas de pré-fixado para taxa flutuante (CDI).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
CDI		
Equivalentes de caixa	1.940.852	1.668.178
Aplicações financeiras	641.974	638.879
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	21.141	24.527
Financiamentos e debêntures	(2.138.134)	(1.320.972)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	(495.560)	(367.942)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	(1.796.682)	(2.152.550)
Posição líquida passiva em CDI	(1.826.409)	(1.509.880)
TJLP		
Empréstimos e financiamentos - TJLP	(702.963)	(938.618)
Posição líquida passiva em TJLP	(702.963)	(938.618)
LIBOR		
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	286.039	111.775
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	(322.343)	(111.868)
Posição líquida passiva em LIBOR	(36.304)	(93)
TIEE		
Empréstimos e financiamentos – TIEE	(25.259)	(28.454)
Posição líquida passiva em TIEE	(25.259)	(28.454)
Posição líquida passiva total	(2.590.935)	(2.477.045)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro de 2012, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

<u>Valores em milhões de Reais</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros das aplicações financeiras	Elevação CDI	16,4	41,0	82,0
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,1	0,3	0,7
Efeito nos juros da dívida	Elevação CDI	(15,0)	(37,4)	(74,8)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(18,4)	(45,9)	(91,8)
Despesa incremental		(16,9)	(42,0)	(83,9)
Efeito nos juros da dívida	Elevação TJLP	(3,7)	(9,3)	(18,5)
Despesa incremental		(3,7)	(9,3)	(18,5)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,1	0,1	0,3
Efeito nos juros da dívida	Elevação LIBOR	(0,1)	(0,2)	(0,4)
Despesa incremental		-	(0,1)	(0,1)
Efeito nos juros da dívida	Elevação TIEE	(0,1)	(0,3)	(0,7)
Despesa incremental		(0,1)	(0,3)	(0,7)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	2012	2011
Ipiranga	111.789	101.318
Ultragaz	13.755	13.107
Oxitenó	2.647	1.415
Ultracargo	625	614
Total	<u>128.816</u>	<u>116.454</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.866 milhões. Adicionalmente, o plano de investimento para 2013 totaliza R\$ 1.437 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.012 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de dezembro de 2012 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	(valores em milhões de Reais)				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	7.323,9	1.866,0	4.238,2	1.083,9	135,8
Instrumentos de proteção (3)	46,0	19,1	25,0	1,9	-
Fornecedores	1.312,3	1.312,3	-	-	-

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período, (i) CDI de 9,35%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 2,10 em 2013, R\$ 2,23 em 2014, R\$ 2,37 em 2015, R\$ 2,53 em 2016 e R\$ 2,67 em 2017 (iii) TJLP de 5,0% e (iv) IGP-M de 5,35% em 2013 e 5,00% de 2014 a 2017.

(2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo.

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 28 de dezembro de 2012, e na curva futura de LIBOR (BBA – *British Bankers Association*) em 31 de dezembro de 2012. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	<u>Contraparte</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência (nacional)¹</u>		<u>Valor justo</u>		<u>Valores a pagar ou a receber no período (2012)</u>	
			2012	2011	2012	2011	Valor a receber	Valor a pagar
					R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
<u>Instrumentos de proteção</u>								
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco,		US\$ 140,0	US\$ 60,0	286,0	111,8	286,0	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	BTMU,		US\$ 111,3	US\$ 138,9	234,7	261,5	234,7	-
Passivo em taxa de juros CDI	Citibank, Itaú,	jan/2013 a	US\$ (251,3)	US\$ (198,9)	(495,5)	(367,9)	-	495,5
Resultado acumulado	JP Morgan, Santander	abr/2017	-	-	25,2	5,4	520,7	495,5
b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco,	jan/2013 a	US\$ 10,2	US\$ 13,3	21,1	24,5	21,1	-
Passivo em dólares norte-americanos	Citibank, Itaú	fev/2013	US\$ (10,2)	US\$ (13,3)	(20,8)	(24,8)	-	20,8
Resultado acumulado			-	-	0,3	(0,3)	21,1	20,8
c – Swap de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré-fixada		mar/2013 a	R\$ 1.400,0	R\$ 1.809,5	1.958,9	2.229,4	1.958,9	-
Passivo em taxa de juros CDI		mai/2015	R\$ (1.400,0)	R\$ (1.809,5)	(1.796,7)	(2.152,5)	-	1.796,7
Resultado acumulado	Banco do Brasil		-	-	162,2	76,9	1.958,9	1.796,7
Resultado acumulado total bruto					187,7	82,0	2.500,7	2.313,0
Imposto de renda					(18,3)	(10,7)	(18,3)	-
Resultado acumulado total líquido					169,4	71,3	2.482,4	2.313,0
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					179,1	93,4		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(9,7)	(22,1)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima citadas foram devidamente registradas na CETIP S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2012, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI e (ii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI de R\$ 36,4 milhões, dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 251,3 milhões de principal com posição passiva, na média a 107,8% do CDI, sendo US\$ 111,3 milhões, com posição ativa a US\$ + 4,7% a.a. e US\$ 140,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 0,98% a.a.

Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2012, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 10,2 milhões e tinham na média uma posição ativa a 74,2% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 31 de dezembro de 2012 estes contratos de *swap* totalizavam R\$ 1.400,0 milhões de valor *nocional* e, na média, tinham uma posição ativa em 11,9% a.a. e passiva a 98,8% do CDI.

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2012 os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 1.400,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2012 uma receita de R\$ 91,3 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 27,0 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 208,1 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 98,8% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 80,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2012, uma despesa de R\$ 4,9 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 0,8 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 1,3 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 104,1% do CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 2012 e 2011 que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade e suas controladas:

	2012	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(7,1)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	(0,4)	-
c - Swaps de juros em Reais (iii)	64,4	-
Total	56,9	-

	2011	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i)	(14,7)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	(7,2)	-
c - Swaps de juros em Reais (iii)	7,1	-
d - Swaps de juros em dólares norte-americanos	(1,7)	1,5
e - NDFs (<i>non-deliverable forwards</i>) - RPR	(0,9)	0,9
Total	(17,4)	2,4

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida), (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão demonstrados a seguir:

		2012		2011	
	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	79.954	79.954	107.600	107.600
Titulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo através do resultado	1.940.852	1.940.852	1.668.178	1.668.178
Titulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo através do resultado	29.245	29.245	15.176	15.176
Aplicações financeiras					
Titulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	631.356	631.356	631.686	631.686
Titulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	10.618	10.618	7.193	7.193
Titulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	290.636	290.636	259.091	259.091
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	179.056	179.056	93.403	93.403
Total		3.161.717	3.161.717	2.782.327	2.782.327
Passivos financeiros:					
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo através do resultado	1.948.096	1.948.096	2.208.109	2.208.109
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	2.768.764	2.846.624	2.266.230	2.305.088
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	1.469.234	1.471.402	1.021.553	1.019.727
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	42.913	42.913	43.653	43.653
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	9.699	9.699	22.089	22.089
Total		6.238.706	6.318.734	5.561.634	5.598.666

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para venda (vide nota explicativa nº 4), (iii) financiamento do Banco do Brasil, que está mensurado ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14.f) e (iv) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.j), que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos conta movimento e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Sociedade e de suas controladas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	Categoria	2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:					
Equivalentes de caixa					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo através do resultado	1.940.852	1.940.852	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo através do resultado	29.245	29.245	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	631.356	631.356	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	290.636	84.872	205.764	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	179.056	-	179.056	-
Total		3.071.145	2.686.325	384.820	-
Passivos financeiros:					
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo através do resultado	1.948.096	-	1.948.096	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	9.699	-	9.699	-
Total		1.957.795	-	1.957.795	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:					
Equivalentes de caixa					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo através do resultado	1.668.178	1.668.178	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo através do resultado	15.176	15.176	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	631.686	631.686	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	259.091	-	259.091	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	93.403	-	93.403	-
Total		2.667.534	2.315.040	352.494	-
Passivos financeiros:					
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo através do resultado	2.208.109	-	2.208.109	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	22.089	-	22.089	-
Total		2.230.198	-	2.230.198	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 28 de dezembro de 2012. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 2,63 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2012, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2012 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólar				
(1) Swaps dólar norte-americano/ Real	Apreciação do	75.080	222.555	370.031
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar	dólar	(75.074)	(222.544)	(370.015)
(1) + (2)	Efeito líquido	6	11	16
Swaps cambiais passivos em dólar				
(3) Swaps Real / dólar norte-americano	Depreciação do	(101)	5.135	10.371
(4) Margem bruta da Oxitenio	dólar	101	(5.135)	(10.371)
(3) + (4)	Efeito líquido	-	-	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 28 de dezembro de 2012 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

		<u>Cenário I</u>		
		<u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em reais)	Risco			
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa pré-fixada	-	35.007	71.855
(2) Dívida a taxa fixa		-	(35.010)	(71.858)
(1) + (2)	Efeito Líquido	-	(3)	(3)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 2011	Aquisição do Temmar	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 2012
IRPJ e CSLL	256.165	-	33.583	(207)	16.274	305.815
PIS e COFINS	82.612	-	1.176	(5.958)	5.108	82.938
ICMS	73.389	-	1.574	(17.410)	4.977	62.530
INSS	14.305	-	224	(2.637)	897	12.789
Cíveis	81.541	203	15.657	(6.222)	108	91.287
Trabalhistas	45.145	-	8.104	(8.755)	789	45.283
Outras	978	-	90	(115)	63	1.016
Total	<u>554.135</u>	<u>203</u>	<u>60.408</u>	<u>(41.304)</u>	<u>28.216</u>	<u>601.658</u>
Circulante	41.347					50.052
Não circulante	512.788					551.606

Algumas das provisões acima apresentadas possuem depósitos judiciais a elas relacionadas no montante de R\$ 402.085 em 2012 (R\$ 328.865 em 2011).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Processos tributários

Provisões

A controlada IPP possui provisões para processos de IRPJ e CSLL referentes a inconstitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou indedutível a CSLL na base de cálculo do IRPJ no montante de R\$ 19.120 em 2012 (R\$ 18.413 em 2011).

As controladas Oxitenos S.A., Oxitenos Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, RPR, Tropical, Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA") e IPP possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxitenos Nordeste e a IPP obtiveram liminares e efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 81.622 em 2012 (R\$ 75.636 em 2011).

Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ("Bahiana") ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para suportar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Nos termos da liminar obtida, as controladas vêm realizando o depósito judicial desses débitos, cujo saldo totaliza R\$ 291.483 em 2012 (R\$ 242.058 em 2011) e constituindo passivo correspondente para esse fim.

A controlada Oxitenos S.A. possui provisão de R\$ 15.226 em 2012 (R\$ 14.285 em 2011) referente a autuação sofrida sob alegação de crédito indevido de ICMS sobre notas fiscais de retorno simbólico de matérias-primas enviadas para industrialização na controlada Oxitenos Nordeste.

A controlada IPP e suas controladas possuem provisões para contingências relativas a ICMS referentes, principalmente, a: (a) autuações por vendas interestaduais de combustíveis para clientes industriais sem tributação do ICMS, em virtude da interpretação do disposto no artigo 2º da LC 87/96, R\$ 11.741; e (b) exigência de ICMS sob a fundamentação comum de falta de recolhimento, sendo diversas as razões que ensejaram os lançamentos fiscais e para os quais a contraprova não é evidente, R\$ 19.499.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ativos e passivos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem sentenças favoráveis para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 36.125, já deduzidos os honorários advocatícios.

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS referentes a aquisições de álcool hidratado, uma vez que o produto era revendido por preço inferior ao de compra em virtude do PROÁLCOOL, programa do Governo Federal de incentivo à produção que determinava a antecipação do subsídio financeiro pelas distribuidoras aos usineiros e seu posterior ressarcimento pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 104.086; (b) crédito alegadamente indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o Fisco entende, erroneamente, não ter havido comprovação de sua origem, R\$ 23.901; (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 23.096; (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 36.324; (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo STF, R\$ 16.060; (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 28.515; (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 31.380; (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente, R\$ 35.032 e (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de etanol supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 24.662.

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado em 2012, é de R\$ 81.868 (R\$ 78.508 em 2011).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Processos cíveis

Provisões

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 91.287 em 2012 (R\$ 81.541 em 2011).

Passivos contingentes

A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Processos trabalhistas

Provisões

A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 45.283 em 2012 (R\$ 45.145 em 2011) para fazer face a contingências de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Passivos contingentes

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados das controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento às políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. A partir do segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual das controladas Oxiteno Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 2012.

A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento de natureza tributária, cível e trabalhista, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas demonstrações financeiras em razão de sua natureza contingente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2012, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxitenor Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. O compromisso mínimo de compra e a demanda real acumulada em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A cláusula de compromisso mínimo de compra foi renegociada com validade a partir de 2013, e prevê um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas e máximo de 220 mil toneladas.

	Compromisso de compra mínima		Demanda acumulada (real)	
	2012	2011	2012	2011
Em toneladas de eteno	<u>211.060 (*)</u>	<u>165.965 (*)</u>	<u>214.008</u>	<u>166.953</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem durante o exercício.

A controlada Oxitenor S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem Qpar S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxitenor tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo seguros patrimoniais com cobertura para os prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as bases e demais filiais de todas as controladas, exceto RPR, que contrata seu próprio seguro. O valor máximo indenizável, incluindo lucros cessantes, com base na análise de risco da máxima perda possível em um determinado local é de US\$ 1.202 milhões.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida em grupo e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2012	18.480	30.785	-	49.265

As controladas IPP e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrente desses contratos, totalizam aproximadamente:

		até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2012	a pagar	(55.809)	(179.919)	(132.792)	(368.520)
	a receber	48.910	151.467	113.012	313.389

O total de arrendamento mercantil operacional líquido, reconhecido como despesa em 2012, foi R\$ 39.912.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2012, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 15.563 (R\$ 14.254 em 2011) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2012 atingiu 6.902 participantes ativos e 77 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Deliberação CVM 600/2009.

	2012	2011
Plano de Assistência Médica e Odontológica	57.331	43.069
Multa FGTS	36.765	33.346
Gratificação	16.374	12.966
Seguro de vida	21.773	20.652
	<hr/>	<hr/>
Total	132.243	110.033
	<hr/>	<hr/>
Circulante	11.624	13.282
Não circulante	120.619	96.751

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas

- Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial – 8,68% a.a.
- Taxa média nominal de crescimento salarial projetada – 6,59% a.a.
- Taxa de inflação (longo prazo) – 4,5% a.a.
- Taxa de crescimento dos serviços médicos – 8,68% a.a.

Hipóteses demográficas

- Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80
- Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagravada em 10%
- Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983
- Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

	2012	2011
Receita de vendas bruta	54.982.899	49.729.159
Receita de serviços prestados bruta	515.913	447.336
Impostos sobre vendas	(1.318.421)	(1.283.462)
Devoluções e abatimentos	(261.085)	(222.770)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 19)	118	(8.959)
	<u>53.919.424</u>	<u>48.661.304</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>53.919.424</u>	<u>48.661.304</u>

26 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2012	2011
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	48.879.876	44.275.967
Fretes e armazenagens	846.621	744.053
Depreciação e amortização	696.332	580.076
Gastos com pessoal	1.247.874	1.146.443
Propaganda e marketing	177.140	130.986
Serviços prestados por terceiros	138.176	158.511
Aluguel de imóveis e equipamentos	71.744	63.738
Outras despesas	234.327	182.931
	<u>52.292.090</u>	<u>47.282.705</u>
Total	<u>52.292.090</u>	<u>47.282.705</u>

Classificado como:

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	49.797.200	45.139.601
Despesas com vendas e comerciais	1.581.501	1.349.880
Despesas gerais e administrativas	913.389	793.224
	<u>52.292.090</u>	<u>47.282.705</u>
Total	<u>52.292.090</u>	<u>47.282.705</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2012 o resultado foi um ganho de R\$ 3.676 (ganho de R\$ 21.390 em 2011) principalmente de resultado da venda de ativo imobilizado.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	109.211	161.084	156.287	271.751
Juros de clientes	-	-	58.365	46.350
Outras receitas	-	-	3.409	4.271
	<u>109.211</u>	<u>161.084</u>	<u>218.061</u>	<u>322.372</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(332.548)	(405.232)
Juros sobre debêntures	(94.353)	(140.863)	(98.879)	(143.117)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(3.871)	(2.148)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(531)	862	(22.094)	(21.304)
Variações cambiais, liquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(12.311)	(32.652)
Atualizações de provisões, liquidas, e outras despesas	212	361	(10.854)	(14.423)
	<u>(94.672)</u>	<u>(139.640)</u>	<u>(480.557)</u>	<u>(618.876)</u>
Resultado financeiro	<u>14.539</u>	<u>21.444</u>	<u>(262.496)</u>	<u>(296.504)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. Como mencionado na nota explicativa nº 8.c), a Sociedade possui um plano de remuneração em ações.

Lucro básico por ação	2012	2011
Lucro líquido da Sociedade	<u>1.011.009</u>	<u>848.764</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	533.993	533.989
Lucro básico por ação - R\$	<u>1,8933</u>	<u>1,5895</u>

Lucro diluído por ação	2012	2011
Lucro líquido da Sociedade	<u>1.011.009</u>	<u>848.764</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	536.171	536.072
Lucro diluído por ação - R\$	<u>1,8856</u>	<u>1,5833</u>

Média ponderada das ações (em milhares)	2012	2011
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	533.993	533.989
Efeito da diluição		
Usufruto de ações	<u>2.178</u>	<u>2.083</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	<u>536.171</u>	<u>536.072</u>